



Identidade africana na América Latina: Você se considera negro?

African identity in Latin America: Do you consider yourself black?

Cláudia Maria de Assis Rocha Lima

Doutoranda em Ciências da Religião na Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP; Mestra em Ciências da Religião com ênfase em religiões africanas e afro-brasileiras, pela UNICAP; Mestra em Gestão de Políticas Públicas com ênfase na Saúde da População Negra (Anemia Falciforme); Especialista em História da África com ênfase na cultura iorubá; Especialista em História do Brasil com ênfase em Etno-história da alimentação e da gastronomia; Folclorista com ênfase na cultura popular brasileira. Iyalorixá (Sacerdotisa dos Orixás). E-mail: claudiarochalima@yahoo.com.br

Resenha de: GATES JR., Henry Louis. *Os negros na América Latina*. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Compainha das Letras, 2014. 353p. ISBN 978-85-359-2426-8. Título original: Black in Latin America.

Objetivamente o autor trata das questões raciais e, especificamente, de como os afrodescendentes se reconhecem, fora do eixo Estados Unidos e Canadá, nos seis países pesquisados: Brasil, México, Peru, República Dominicana, Haiti e Cuba.

Gates Jr. é norte-americano, afrodescendente, nasceu em Virginia Ocidental, em, 1950. Especialista contemporâneo em cultura africana e afro-americana, formou-se em Yale e doutorou-se pela Universidade Cambridge. Trabalha na Universidade Harvard. É crítico literário, escritor e editor, cineasta, fez uma série de documentário homônimo a esta obra, veiculada na televisão aberta dos Estados Unidos, onde procurou mostrar aos norte-americanos as peculiaridades das relações raciais nos seis países pesquisados.

Para além de uma pesquisa onde o objetivo é apenas questionar "o que significa ser negro em cada um desses seis países pesquisados", a obra descreve, de forma instigante, através de fatos históricos, lutas e sobrevivências do negro, tendo como narradores: intelectuais, professores, artistas, atletas, professores, pessoas da própria população, todos descendentes de africanos. É um trabalho de construção identitária, no qual o autor se surpreende e se depara com antigas ideologias raciais e diversificados conceitos de raça, classe, etnicidade. Para tanto basicamente a pergunta formulada pelo autor é 'Você se considera negro?'

A obra é dividida em seis capítulos: Brasil, México, Peru, República Dominicana, Haiti e Cuba.

No primeiro capítulo, o autor explicita que a palavra 'raça' só lhe trazia à mente imagens de negros nos Estados Unidos e só quando na sua adolescência assistiu na escola o filme "Orfeu do carnaval", pensou ser todos negros ou mulatos no Brasil, criando em seu imaginário que o Brasil seria o mais extraordinário dos lugares, e ao mesmo tempo a conscientização de que para além dos Estados Unidos, também existiam negros. Na faculdade, então, conheceu a democracia racial através das obras de Gilberto Freyre, entretanto ao chegar ao Brasil deparou-se com 134 categorias raciais para afro-brasileiros, e constatou que o Brasil é um dos países de maior mistura racial do planeta. Nos Estados Unidos todos os afrodescendentes são classificados como negros, o conceito de hipodescendência, criado pelo americano Marvin Harris, designa a classificação automática da criança mestiça no grupo social negro. O autor busca compreender as múltiplas complexidades de raça e racismo no Brasil contemporâneo, permeado pela história da escravidão. Decepção-se ao ouvir das pessoas que a 'democracia racial' é, na melhor das hipóteses, um conceito filosófico, e não uma anomalia revolucionária que começava a modificar os efeitos de séculos de discriminação racial no Brasil.

O segundo capítulo diz respeito ao México, e o autor identifica um fenômeno mais amplo em sua pesquisa na América Latina, tal como acontecera no Brasil, via no México os vestígios das raízes negras sepultadas na mestiçagem. O autor no México era identificado como mulato, mas no Brasil seria negro. Na concepção de si, eles dizem não ser negros, são morenos. Esta definição era um escudo contra a inclusão na categoria 'preto' ou 'negro'. O que parece ao autor é que existe um sistema de 'pigmentocracia', que situa a pessoa em parâmetros sociais de acordo com a cor da pele, ter pele mais clara, desta forma, confere à pessoa uma boa posição social. Esse sistema inconsciente de classificação social em vigor no México e, em todo o Novo Mundo, é certamente verdadeiro. O México apesar de estar mergulhado em africanidade, na dança, como na música, ou no modo como falam, não tem visibilidade. A questão pode estar na mistura que ocorreu desde o início da colonização entre os povos indígenas, os africanos e os europeus. Ela pode não está visível, mas está presente. Há dezesseis tonalidades de pele para negros e pardos, lembrando que os indígenas também estão no caldeirão genético. Fica surpreso com tamanha liberdade de mistura, pois nos Estados Unidos, uma única gota de sangue negro pode definir uma pessoa, não importa qual seja sua aparência. Enfim, reflete o autor, todo racismo, como toda política, é local. No México não há negros, há mestiços.

No terceiro capítulo, o Peru para o autor era um enorme mistério. Como no México, no Peru, não há um campo no censo para identificar a raça ou etnicidade. Relatórios internacionais apresentam 37% da população como mestiça, certamente inclui muitas pessoas que seriam, certamente, classificadas como negras nos Estados Unidos. Quando se pensa no Peru se remete a ideia das grandes civilizações incas, mas o santo católico mais popular é um negro, São Martinho de Porres. Quanto mais conhecia a história, contou mais negros desembarcados no Peru e no México do que os levados para os Estados Unidos, em toda a história da escravidão, então, mais o autor se surpreendia ao ver nas paisagens coloridas de pessoas vestidas com trajes indígenas tradicionais. O

autor buscou a zona rural e rumou para uma plantação de algodão e lá se surpreendeu com as mulheres que colhiam algodão, cantando do mesmo jeito que se cantava no eito da escravidão nos Estados Unidos. E a maioria das pessoas nos Estados Unidos nem sabem que há negros no Peru. E o autor foi denominado ‘tio’ por ter a mesma pele escura, ser negros como eles. A questão das misturas no Peru não era nem de longe parecidas com a do Brasil. A diferença terminava com o sepultamento das raízes negras. O Peru não conhece sua própria africanidade. Um dos entrevistados diz ser o Peru, talvez, o país mais racista da América Latina, pois o governo não admite a existência dos afro-peruanos, não há nenhum diálogo público, o Peru eliminou os negros do seu retrato nacional. O autor diz nunca ter visto uma africanidade sepultada a tamanha profundidade.

O capítulo quarto traz o racismo no Caribe. Primeira parada do autor, ilha de Hispaniola, na República Dominicana. A ilha é dividida entre o Haiti e a República Dominicana há 360 anos, com culturas contrastantes. Separado do Haiti em 1844, o país tem mais de 90% de dominicanos com ascendência africana, entretanto, poucos se identificam como negros e no censo federal se classificam como indígenas, apenas 4,13% se dizem pretos. Porquê, questiona o autor? São Domingos é a capital da República Dominicana e foi a primeira cidade das Américas a importar escravos da África, mas São Domingos tem um ar inequivocamente espanhol. O autor pergunta ao seu motorista de cor escura, se eles são índios, quem são os negros? Ele responde: Ora, os haitianos! Os ‘brancos da terra’ ou mestiços, na cultura espanhola passa a ser uma nacionalidade, e não uma raça. Bem diferente tornar-se-ia o Haiti, com colonização francesa, onde a condição de vida para os escravos eram cruéis. O autor chega a conclusão que a história peculiar das relações raciais nos Estados Unidos, não o tivesse preparado para entender a identidade racial, numa sociedade complexa como a da República Dominicana. Como se pode forjar uma identidade autenticamente multicultural, mesmo numa terra tão negra, do ponto de vista cultural genético e se reconhecendo como etnia ‘índia’, ou teria ele mesmo de rever seus pressupostos, já que era um ‘estrangeiro’, num país cujas ideias sobre raça lhe pareciam muito estranhas.

O capítulo quinto começa com a constatação de que o Haiti é a nação mais pobre do hemisfério Ocidental. Hoje, associa-se seu nome a imagens de sofrimento. O terremoto que devastou Porto Príncipe, guarda em sua história tombada em ruínas, ditadores brutais, golpes militares, rebeliões, escassez de comida, multidões em fila para receber ajuda internacional. Ou, pode ser associada, ainda, a imagem da religião africana do ‘Vodu’, que Hollywood tão bem depreciou e estereotipou uma religião digna. O Vodou foi exposto ao mundo como uma religião de zumbis, bonecos espetados, coisas do diabo. Como o candomblé no Brasil e a Santeria em Cuba, o Vodou é uma mistura de religiões africanas e europeias. Hoje existem no Haiti pessoas que praticam ambas as religiões ao mesmo tempo, se ver nenhum conflito entre elas. O Haiti é uma cultura indiscutivelmente negra, apesar das tensões entre mulatos por toda história da Colônia e da República. Pela primeira constituição do Haiti, em 1805, todos os haitianos serão chamados de negros. Por esta atitude, o Haiti veio a ser denominado de Pan-africanista. Esta consciência negra transnacional fez, na constituição de 1816, a declaração de que “Todo africano, índio ou aqueles que levam seu sangue, nascidos nas colônias ou em países estrangeiros e que vierem a viver na República, serão reconhecidos como haitianos”. Esta atitude de acolher negros de qualquer parte do

mundo e torná-los cidadãos haitianos pode ser vista como um dos primeiros, senão o primeiro, dos atos notáveis na história do pan-africanismo. O Haiti não só aceitou suas origens africanas, mas fez desta origem negra parte da cultura nacional.

No sexto e último capítulo, o autor relata que historicamente Cuba teve que substituir o Haiti como produtor de açúcar, após seu colapso econômico açucareiro e na década de 1820, Cuba já era o principal exportador de açúcar do mundo e a maior economia escravagista do hemisfério Ocidental. O autor então procura saber o que aconteceu com estes africanos e como foi a existência de seus descendentes. Assim, o censo mais recente de Cuba, de 2002, revela que 65% dos cubanos são brancos, 25% negros e 10% mulatos, mas há quem estime que 65% dos cubanos sejam negros, tal como se entende nos Estados Unidos. Os afro-cubanos criaram a música, a cozinha e o modo de vida do país. Mas Cuba reconhece suas contribuições hoje? Fidel Castro declarou que sua revolução pôs fim ao racismo. Prometeu oportunidade para todos. Mas teria a revolução cumprido o prometido? O autor vai buscar na história o povo negro cubano, quando a abolição da escravidão aconteceu em 1886, o mercado de trabalho foi inundado por mais de duzentos mil homens, analfabetos, sem qualificação, destinados às tarefas subalternas e mal remuneradas. Em busca da história o autor descobre que as rebeliões e guerrilhas produziram um herói afro-cubano, Antônio Maceo, um mestiço que retomou a guerra em 1895, mas em 1898, e que o governo dos Estados Unidos decidiu intervir para proteger seus próprios interesses. Entretanto, quando os americanos irromperam em massa em Cuba para “estabilizar” o país, ficaram chocados ao ver negros e brancos lutando em unidades mistas, lutando pela igualdade dos cubanos. Neste contexto, a história explicita que a presença dos americanos, em parte, reverteu a possibilidade de uma democracia inter-racial, a primeira democracia inter-racial no mundo livre. Neste contexto, Cuba só trocou uma forma de colonialismo por outra. Os segregacionistas americanos e os cubanos brancos, que apoiavam tal governo, formalizaram o racismo, convertendo-o em políticas nacionais. Entretanto, pensa o autor, não era esta prosperidade que se via nas ruas de Havana, na atualidade, então perguntou ao motorista de pele escura como café, da equipe de produção que o acompanhava, como define sua cor, ele respondeu “Sou mestiço, sou simplesmente um cubano”, mas o que está escrito em sua carteira de identidade, pergunta o autor, ele diz ‘branco’. O homem não era branco e ele não soube explicar porque estava escrito.

Ao final dos capítulos há um Apêndice com as categorias de cor na América Latina, bem como as referências bibliográficas e um índice remissivo. Fatos mais recentes não são abordados pelo autor, no sexto capítulo que diz respeito a Cuba, posto ser o livro uma publicação de 2014, portanto, antes da atual reaproximação de Cuba com os Estados Unidos. A diversidade de definições de cor da pele pode ser considerada uma desconstrução racial e a mestiçagem um correlato, para além do embranquecimento, uma política de enfraquecimento de ideologias racistas.